

"Ajuste fiscal": mais um presente para o Lula.

Só mesmo a parceria entre um governo exasperantemente previsível como o do presidente Sarney e um Congresso alheio a qualquer noção de responsabilidade seria capaz de, ao mesmo tempo em que impõe à sociedade brasileira mais um forte sacrifício para manter a montanha irracional de desperdício em que se transformou o setor público brasileiro, presentear, de forma acintosa e revoltante, grupos particulares, e contemplar gastos inúteis só porque são do agrado pessoal do presidente. Ainda estonteado pelo golpe do pacote fiscal enviado a toque de caixa para o Congresso, que vai arrancar 7 trilhões de cruzados das empresas e dos contribuintes, o país recebeu novas bordoadas aplicadas de forma acintosa por deputados e senadores, que decidiram dar mais 5 bilhões de cruzados para as obras da ferrovia Norte-Sul, além dos 12 bilhões que o Executivo já havia colocado no orçamento de 1989 para esta obra "imprescindível", e oferecer aos armadores nacionais um presente de 450 milhões de dólares, referentes ao aumento do adicional sobre o frete das importações. E, mais uma vez, não houve coragem para se tocar nos projetos incentivados das regiões Norte e Nordeste que servem muito mais para encher os bolsos de alguns e para sustentar as oligarquias da região do que para tirar aquele povo da miséria, como todo mundo está cansado de saber.

Ao povo brasileiro, como é praxe, restará apenas o direito de pagar a conta cobrada sem dó por um pacote fiscal que desrespeita vários artigos da Constituição, como sustentam o jurista Ives Gandra da Silva Martins e o ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles, que é deputado federal pelo PFL-RJ. Além de considerar as medidas fiscais propostas pelo governo inflacionárias, o jurista lembra que os prefeitos municipais também querem o aumento do IPTU, assim como os governadores — dos quais também não se ousou cobrar o que devem à União —, já decidiram elevar a alíquota máxima do ICMS, ajudando a transformar o Brasil numa "republicueta fiscal, em que os ditadores são os governantes e os escravos, os contribuintes".

O deputado Francisco Dornelles, com toda razão, duvida das previsões de receita contidas no pacote fiscal. "É mais fácil o presidente Sarney fazer um bom governo do que a Fazenda arrecadar tudo o que anunciou." Ele e todas as pessoas de bom senso deste país não se conformam com a decisão governamental de cobrar uma contribuição de 8% sobre o lucro líquido das empresas (12% no caso das instituições financeiras), calculada a partir do resultado dos balanços a serem fechados a partir do dia 31. "Como alguém pode imaginar que no dia 7 de dezembro é possível instituir um imposto sobre um lucro que começou a ser gerado em 1º de janeiro?", pergunta Dornelles para acrescentar que (e nisso ele está absolutamente correto) qualquer juiz do Acre vai aceitar a inconstitucionalidade da medida. Em resumo: muitas empresas não vão pagar esse imposto.

O ex-ministro da Fazenda argumenta ainda que a receita do Imposto de Renda na fonte das pessoas físicas vai cair, deixando mais dinheiro disponível no bolso dos consumidores, o que criará mais demanda de bens e serviços. Ou seja, além da queda de receita, estimada em 30% pela tributarista Daniela Gentil Zanoni, da Trevisan e Associados, haverá pressões sobre os preços também do lado dos consumidores, que se somarão às outras pressões decorrentes da correção monetária dos impostos federais e do aumento da alíquota do ICMS sobre os produtos considerados supérfluos ou de luxo.

Não é de estranhar, portanto, a reação crítica do conjunto do empresariado ao pacote fiscal, eufemisticamente chamado de "ajuste fiscal", que em nada difere dos pacotes baixados em anos anteriores. Como sempre, o governo faz a sua demagogia "robinhoodiana" jogando todo o ônus sobre as empresas e "poupando os mais pobres", o que só serve à causa dos totalitários, uma vez que as empresas, por terem necessidade de repassar o aumento da carga tributária para os preços, acabarão, mais uma vez, sendo acusadas pelo governo e pelos políticos demagógicos de "sabotarem" o pacto social e outras "iniciativas para combater a inflação".

Não se deve esquecer que a "Constituição dos miseráveis" do dr. Ulysses Guimarães tornou-se um dos mais poderosos fatores inflacionários ao impor uma série de encargos para as empresas, tais como a redução de jornada de trabalho, licença-maternidade-paternidade, adicional de hora extra, gratificação de férias, ICMS, aos quais se acrescenta agora mais este "ajuste fiscal" que, de concreto mesmo, limita-se a esta "contribuição social" criada para financiar o aumento das despesas da Previdência Social. E, se a inflação quase dobrou após a promulgação da Carta, pode-se bem imaginar o que acontecerá agora, com o novo ataque direto do Leão.

Os estrategistas políticos e econômicos do Palácio do Planalto e os membros do Congresso podem estar certos de que, com o agravamento da crise econômica resultante dessas decisões estabanas, tomadas apenas para manter incólume a irracionalidade que campeia no âmbito do Estado — cujas marcas registradas são, entre outras, as estatais eternamente deficitárias e seus milhares de funcionários ociosos, os incentivos dilapidados por empresas-fantasmas e suas obras desnecessárias, como, por exemplo, a ferrovia dos sonhos do presidente Sarney, não só poupadas mas incentivadas por este pacote — eles só estão trabalhando para aumentar a revolta da sociedade.

O candidato Luís Ignácio Lula da Silva e seus companheiros do PT podem dormir tranquilos. Não precisam fazer mais nada para faturar a revolta dos eleitores. A falta de pudor dos políticos do Executivo ou do Legislativo — que já lhes propiciou a conquista fácil de prefeituras importantes — é mais que suficiente para a sua campanha para a Presidência. Lula poderá poupar para outros fins o dinheiro que está pedindo à população.

Enquanto se continuar distribuindo recursos para obras desnecessárias; propondo a cobrança de pedágio até para quem não viajar pelas estradas; jogando o povo contra os empresários, como se o setor privado fosse responsável pela crise do Estado; mantendo meio milhão de funcionários ociosos e adiando ao máximo todos os programas de desestatização; enquanto se continuar considerando "sabotadores" todos aqueles que, espremidos pela inflação, forem obrigados a reajustar seus preços acima dos índices fixados pelos negociadores do pacto social, o Brasil continuará caminhando rapidamente para a hiperinflação, que faz mais pelos PTs da vida do que 200 anos seguidos dos discursos vazios do sr. Lula da Silva.